

## OS FUNDAMENTOS SOCIOFILOSÓFICOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE SERGE MOSCOVICI: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Antonio Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** *Este texto trata das bases epistemológicas da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. Para tal estudo utilizamos os nortes da pesquisa bibliográfica: escolha do tema, do problema e do material impresso que serviria de base da pesquisa. Os resultados mostraram que existe uma relação direta entre a epistemologia da representação de Kant, Schopenhauer, Durkheim com a de Moscovici.*

**Palavras-chave:** Representação social; Kant; Schopenhauer; Durkheim

### INTRODUÇÃO

Quando se fala sobre representação social, a noção de representação requer um retorno filosófico e sociológico; pois, desde Aristóteles, passando por Platão e pela filosofia escolástica até a moderna, existe uma preocupação humana de entender como conhecemos o mundo. Tal preocupação não se restringiu à Filosofia, mas também à Antropologia, à Sociologia, à Psicologia Social e à Biologia, dentre outros campos. Porém, é sem dúvida, a Filosofia que inicia uma certa epistemologia da representação, quando os filósofos gregos queriam explicações sobre o princípio da vida ou pelo menos algum elemento que justificasse a existência, o chamado *arque*; com isso, eles principiam a idéia de constituição do mundo a partir de determinado conhecimento de um objeto.

Por exemplo, para Tales de Mileto, o princípio era a *água*, para Anaxímenes, era o *ar*. Anaximandro acredita que era o *infinito*, em Demócrito, o *átomo*; já para Heráclito o *devir*. Empédocles o amor e a luta, para Anaxógoras o *nous*, em Parmênides o *Ser*. Em Sócrates as *idéias* e para Aristóteles, *substância* e *acidente*, que estão numa realidade e em um processo de transformação constante (TELES, 1976; IGLÉSIAS, 1992; CUNHA, 1992).

Nessa busca pelo princípio, cada um adotou um elemento a partir de como se lhe apresentava aos sentidos, à percepção, etc. No início tais princípios eram pura especulação, e depois, em algum momento da evolução da ciência e da própria filosofia, foram postos como verdades relativas ou pelo menos seguidas por uma parte de pensadores e cientistas. Por exemplo, as idéias de Platão e Aristóteles de um conhecimento que se percebe distorcido do real.

Em o *Mito da Caverna*, Platão deixa claro que o mundo projetado não é o real, mas apenas representação dele, uma imagem de uma realidade, pois esta não vemos. Mas é possível se chegar ao conhecimento do real com a *maiêutica* socrática ao partindo das idéias - daquilo que não se conhece para o conhecido e assim descobrir o que se quer.

A idéia da forma de como conhecemos perdura até Immanuel Kant, que vai ser o filósofo que se debruçará mais sistematicamente sobre essa questão na *Crítica da Razão Pura*, que é depois seguida pelo seu admirador maior, Arthur Schopenhauer, em *O mundo como Vontade e Representação*. Tais idéias chegam à Sociologia de Émile Durkheim através dos textos *As*

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. [santoantonio@ig.com.br](mailto:santoantonio@ig.com.br)

*Regras do Método Sociológico, Da Divisão do Trabalho Social e As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Toda essa base se encontra nos escritos de Serge Moscovici, quando propõe a idéia de representação social, embora, explicitamente, este autor não sinalize em sua tese a concepção filosófica.

Partindo dessa constatação é que nasce essa pesquisa bibliográfica, tendo por tema a representação. A pesquisa bibliográfica objetiva a solução de um problema desde os conhecimentos, teorias e saberes existentes em escritos de livros, jornais, periódicos, cartas, documentos, dentre outros. O objetivo desse tipo de pesquisa é clarear, o máximo possível, determinadas lacunas de um conhecimento; portanto, objetiva “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa” (KÖCHE, 2000, p. 122).

Para José Köche (2000, p. 122), a pesquisa bibliográfica pode ser utilizada tanto para ampliar um conhecimento, como para fundamentar uma pesquisa ou ainda para descrever “o estado da arte”. Toda pesquisa bibliográfica segue passos bem delineados, como: 1) a escolha da temática, 2) a formulação do problema, 3) a escolha do material, 3) a leitura do material e a organização a começar de uma ou duas técnicas de estudo que podem ser o fichamento e a resenha descritiva. E por fim a escrita dos resultados da investigação que deve se corporificar num texto em que apareça o problema sendo respondido. A pesquisa bibliográfica deve “buscar aquilo cuja existência ainda se ignora” (ECO, 1992, p. 42)

A questão proposta dessa investigação foi: qual é e como é a base sociofilosófica da representação social de Serge Moscovici? Para tanto, utilizamos as obras de Kant, Schopenhauer e Durkheim, na versão brasileira, para compreender tais aspectos na Teoria das Representações Sociais.

Epistemologicamente, este estudo se insere na idéia defendida por De Rosa (1994 apud OLIVEIRA; WERBA, 1998, p. 105-106) de que existem três níveis de discussão sobre a representação: o nível fenomenológico que se refere à pesquisa de representação em que se busca compreender um determinado pensamento social; o nível teórico, que é a explicitação dos pressupostos da teoria da representação social e o nível metateórico, que seria mais uma discussão em busca das contradições para superação da teoria das representações, de forma a legitimá-la como um campo fecundo de estudo. Nesse caso, este estudo está entre o nível teórico e metateórico, em que se busca elemento filosófico e sociológico de compreensão e legitimação da representação social de Moscovici.

## **A REPRESENTAÇÃO NA FILOSOFIA DE KANT E SCHOPENHAUER**

Quando Moscovici vai a Durkheim tomar de empréstimo a sua idéia de representação, na realidade também estava utilizando, ainda que indiretamente, a teoria de conhecimento de Kant, embora faça uma crítica a tais pressupostos, quando afirma que “é obvio que o conceito de representações sociais chegou até nós vindo de Durkheim. Mas, nós temos uma visão diferente dele [pois, ele], fiel à tradição aristotélica e kantiana, possui uma concepção bastante estática dessas representações” (MOSCOVICI, 2003, p. 45-47).

Assim, permanece no pensamento desse teórico os pressupostos não só de Aristóteles, mas de Platão, de Kant, de Schopenhauer e de Durkheim, pois a defesa de uma representação social se insere na defesa de uma teoria do conhecimento ajustada em menor ou maior grau com aquelas idéias de que conhecemos, ora o fenômeno, ora a coisa em si ou os dois ao mesmo tempo.

Nesse sentido, estão em Immanuel Kant os fundamentos filosóficos das representações sociais, que objetivam a compreensão do humano, ou melhor, como nós conhecemos o mundo, questão esta explícita na pergunta de Kant, *o que posso saber?* A partir dessa inquietação, este filósofo, na *Crítica da Razão Pura* de 1781, elabora uma verdadeira teoria do conhecimento humano rompendo com a tradição empirismo e racionalismo, quando propõe o idealismo transcendental, que seria não mais a dicotomia ou oposição experiência e razão, mas no reconhecimento de ambas enquanto processos de conhecimento.

Kant esclarece essa nova posição, logo no início de sua tese, quando diz que “embora todo nosso conhecimento comece *com* a experiência, nem por isso todo ele se origine justamente *da* experiência” (grifo do autor – KANT, 1987, p. 1). Experiência e razão não estão dicotomizadas, mas ligadas à filosofia transcendental, que seria aquele elemento que se preocuparia com o “nosso modo de conhecimento do objeto” *a priori*, o que significaria dizer que o conhecimento não é apenas dado pelo objeto, mas pela nossa capacidade cognitiva de intuir, de entendimento. Mas, somente conhecemos o mundo, segundo Kant, pela intuição sensível e não pela intelectual, já que essa última seria um tipo de conhecimento “*absolutamente independente de toda experiência*” (grifo do autor - KANT, 1987, p. 3) e, portanto, a mente humana não conseguiria tão facilmente intuir sobre esse conhecimento.

A não-intuição se deve porque existe uma realidade, segundo Kant, fora do sujeito cognoscente que ele denominou de a *coisa em si*, por ser impossível de pensá-lo para além dos fenômenos que aparecem na consciência, o que significa dizer que o que nos aparece ou nós conhecemos nada mais é do que uma representação da *coisa em si* e não a *coisa em si*.

Com isso Kant começa a formular toda a sua epistemologia do conhecimento como uma representação, que é composta por tempo e espaço, enquanto categorias sensíveis que permitem o entendimento do fenômeno ou do objeto. Tempo e espaço não podem ser pensados, porém existem e são essenciais para que a coisa em si se transforme em coisa para nós; pois “o espaço é uma representação *a priori* necessária que subjaz a todas as intuições externas [...] O tempo é uma representação necessária subjacente a todas intuições” (KANT, 1987, p. 37-39).

Kant (1987) acreditava que pelo entendimento é que se dava a nossa capacidade de julgamento, enquanto pela sensibilidade o poder de significação da nossa percepção das coisas. E tanto a sensibilidade como o entendimento, respectivamente, recebem e produzem representações do mundo, sendo que essas representações pertencem à autoconsciência do sujeito (individual), que diretamente está ligada à autoconsciência geral (coletiva).

Enfim, para o nosso entendimento filosófico sobre representação nos basta compreender que os objetos são recebidos pela consciência para em seguida ser pensado por ela e formada a representação desse objeto, sendo que algumas características se impõem para a existência da representação do objeto, segundo Kant (1987), como: 1) só há representação no processo de conhecer o objeto, mas que ele precisa afetar o espírito; 2) a representação se forma quando pensamos o objeto; 3) a representação do objeto é situada no tempo e espaço; 4) a representação se diversifica e incorpora outras num processo dinâmico e de ligação constante; 5) o conhecimento avança graças aos juízos sintéticos e analíticos porque eles permitem “chegar a clareza dos conceitos exigidos para uma síntese segura e vasta” e que isso se deve à imaginação enquanto possibilidade de pensar um objeto sem a sua presença (1987, p. 13-14).

Seguindo os passos do seu mestre, Schopenhauer em *O mundo como vontade e representação*, de 1819, continua o projeto de Kant; porém, em um dado momento rompendo com a sua teoria do conhecimento. Schopenhauer também acreditava que o mundo da forma que o conhecemos é pura representação individualizada por que o objeto existe para um sujeito e vice-versa, e que essa representação é proveniente das experiências desse sujeito com o objeto. O mundo não passa de uma percepção do sujeito, por isso é que Schopenhauer diz: “o mundo é

representação minha”. Mas, em algum momento, é também representação de uma coletividade. O homem conhece o mundo como este se apresenta a sua consciência, que seria o fenômeno. Porém, sujeito e objeto são extensões de si mesmos, sendo que o primeiro é cognoscente e o outro cognoscível, existe uma interdependência entre sujeito e objeto ocasionando ou provocando a representação do mundo (SCHOPENHAUER, 2001).

Em Schopenhauer, sujeito e objeto ganham valor epistemológico quando defende que o objeto só tem sentido ou vida a partir do espaço e tempo, enquanto o sujeito existe fora dessa relação por ser a parte que dá significado ao objeto, pois este só é representado na consciência de um sujeito. Assim, como em Kant, o tempo e o espaço formam a base da representação também em Schopenhauer, o é porém adicionando um terceiro elemento chamado de causalidade, que é uma operação mental de organização do conhecimento conjugado com um tempo e espaço. A causalidade se estrutura a partir dos princípios da necessidade física, da matemática, da lógica e da moral. Essas necessidades motivam o homem à ação, mas não uma ação alienada por essas necessidades, pois o homem reflete antes de agir (SCHOPENHAUER, 2001).

Diferente de Kant, que afirmava que a consciência era incapaz de conhecer a coisa em si, mas apenas o fenômeno, Schopenhauer acreditava que o fenômeno escondia a possibilidade de se chegar à coisa em si e que descortinando o fenômeno chega-se a ele. A coisa em si para este filósofo, era a *vontade* enquanto essência do fenômeno. A vontade seria a manifestação de como os sujeitos conhecem o mundo e a si mesmos; é uma força que impulsiona a vida e permite a ação. A vontade rege o comportamento do homem, de modo racional, mas ela é de certa maneira um sofrimento para o sujeito, é dor, porque não pode ser satisfeita totalmente, só parcialmente. A eliminação da vontade acabaria com o sofrimento do homem; pelo fato dessa assertiva ser impossível é que Schopenhauer defende que, mesmo parcialmente, a arte seria capaz de fazer o distanciamento da vontade que é quando o objeto não seria mais visto como simples desejo e utilidade, e sim como pura contemplação da vida levando o homem a ser o “sujeito eterno do conhecimento” (SCHOPENHAUER, 2001).

A estética é a possibilidade do sujeito sair de si, do fenômeno, da aparência para chegar na coisa em si. Com isso, Schopenhauer se distancia de Kant, superando-o quando materializa a *coisa em si* pela *vontade*. Schopenhauer, na *Crítica da filosofia kantiana*, apêndice do livro *O mundo como vontade e representação*, afirma que Kant não concluiu seu pensamento em relação ao fenômeno ao não perceber que este está relacionado à coisas em si e que seria a vontade, e que isso permitiu que o próprio Schopenhauer preconizando a idéia de que “o mundo fenomênico é tão condicionado pelo sujeito, quanto pelo objeto e, isolando as formas mais gerais de seu fenômeno, isto é da representação, demonstrou que se conhece essas formas como partindo não só do objeto, mas igualmente também a partir do sujeito, e que se abarca essas formas segundo sua legalidade inteira” (SCHOPENHAUER, 1985, p. 98).

Enfim, para Schopenhauer (2001), o mundo é representação, mas é também vontade que se objetiva a partir dessa representação e que se apresenta como objeto. Conclui-se, dessa maneira, que os pensamentos de Kant e Schopenhauer são as bases filosóficas de legitimidade dos estudos de representação, principalmente deste último, que reconhece a possibilidade da representação do objeto quando descortinado vir a ser a coisa em si, ou seja, ser um conhecimento verdadeiro da realidade ou pelo menos uma aproximação dessa verdade. A representação social também necessita de uma base sociológica, por ser uma teoria que visa compreender o homem concreto e historicamente situado; porque senão seria impossível falar de representação, pois como afirma Schopenhauer (2001), o objeto é representação de um sujeito pensante.

## A REPRESENTAÇÃO NA SOCIOLOGIA DE DURKHEIM

Essa base sociológica está em Durkheim, que enlaçou a idéia de representação para o campo do social, da experiência social e defendendo que a representação é sempre do fenômeno como o é também da coisa em si. A partir daí ele vai defender várias idéias sobre representação, como por exemplo aquela que afirma a existência de representações coletivas e individuais se encontra em diversas passagens de sua teoria social.

Por representação, Durkheim começa dizendo que não é uma imagem do objeto que fazemos e que esse ato é uma operação cognitiva complexa que envolve fenômenos biológicos e sociais, portanto, “não é, com efeito, uma simples imagem da realidade, uma sombra inerte projetada em nós pelas coisas; é uma força que suscita em torno de si todo um turbilhão de fenômenos orgânicos e psíquicos” (DURKHEIM, 1978, p. 50). Mas o ato de representar envolve muitos aspectos que dão vida ao homem, um deles é o afetivo, que pode modificar a estrutura de uma representação; “esta ressonância é tanto mais considerável quanto mais intensa é a própria representação, quanto mais desenvolvido é o elemento emocional” (DURKHEIM, 1978, p. 50).

Durkheim entende que uma representação nada mais é do que uma consciência, que pode ser tanto coletiva como individual, diferenciando-se apenas quanto à permanência e perenidade. A individual não (re)existe por muito tempo enquanto a coletiva sim, porque rege a conduta humana. Assim, ele se expressa dizendo que “o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria; poderemos chamá-lo: a consciência coletiva ou comum” (DURKHEIM, 1978, p. 40). A representação coletiva é estável e imutável, o que significa dizer que “não muda a cada geração, mas, ao contrário, liga uma às outras as gerações sucessivas” (DURKHEIM, 1978, p. 40).

Durkheim, quando afirma que existe uma representação individual e uma coletiva, acaba determinando que a segunda é mais importante por ser elemento de coação social, porém ao mesmo tempo diz que elas são uma, de um único substrato. Advoga que a finalidade de uma representação é guiar o coletivo, constituindo a solidariedade entre os membros. Para este sociólogo, a representação coletiva constitui a solidariedade social que se compõe de dois tipos: a solidariedade mecânica (aquela encontrada nos indivíduos) e a solidariedade orgânica (aquela encontrada no coletivo que se formou por uma exigência de coesão social).

Nesse sentido, é que ele fala de dois estados da consciência ou de duas dimensões: cognitiva e a social. Para ele,

existem em nós duas consciências: uma contém apenas estados que são pessoais a cada um de nós e que nos caracteriza, enquanto que os estados que compreendem a outra são comuns em toda sociedade. A primeira representa nossa personalidade individual e a constitui; a segunda representa o tipo coletivo, e, por conseguinte, a sociedade sem a qual ele não existiria. Quando é um dos elementos desta última que determina nossa conduta, não é em vista de nosso interesse pessoal que agimos, mas perseguimos fins coletivos. Ora, se bem que distintas, essas duas consciências são ligadas uma à outra, porque em suma são apenas uma, havendo para as duas um mesmo substrato orgânico (DURKHEIM, 1978, p. 54-55).

E continua dizendo que

existe uma solidariedade social que provém do fato de que um certo número de estados de consciência é comum a todos os membros de uma mesma sociedade [...] quanto mais existe, existem relações diversas em que esta última

faz sentir a sua ação, mais também ela cria elos que ligam o indivíduo ao grupo, mas a coesão social deriva completamente desta causa e traz a sua marca (DURKHEIM, 1978, p. 57).

Durkheim também afirma que as representações individuais se modificam e as novas idéias são incorporadas fazendo com que, muitas vezes, a primeira suma; por exemplo, quando alguém emite uma nova idéia fazemos uma representação dessa idéia ao mesmo tempo em que incorporamos aquela às nossas, “desta fusão sai uma idéia nova que absorve as precedentes, sendo mais viva que cada uma delas tomada isoladamente” (DURKHEIM, 1978, p. 51). Com isso, Durkheim insere a idéia de determinismo de uma representação, como sendo algo criado independente das vontades individuais.

No prefácio do livro *As regras do método sociológico*, Durkheim faz uma oposição entre indivíduo e o grupo. Questiona se as representações individuais e as coletivas não seriam uma só, porque acredita que existem na individual os elementos da coletiva, pois “é “preciso considerar a natureza da sociedade, e não a dos indivíduos. Os símbolos através dos quais ela se encara, mudam conforme o que ela é” (DURKHEIM, 1977, p. XXVI - prefácio). Durkheim, ao contrário de Moscovici, afirma que aquelas representações construídas “formuladas no decorrer da vida, tendo sido efetuadas sem método e sem crítica, estão destituídas de valor científico e devem ser afastadas” (DURKHEIM, 1977 p. XXI- prefácio). Reconhece que só podemos estudar as representações objetivamente:

é certo que a idéia que fazemos das práticas coletivas, do que constituem ou do que devem ser, representa um dos fatores de seu desenvolvimento. Mas esta idéia é, ela mesma, um fato que, par ser convenientemente determinado, deve também ser estudado do exterior. Pois o que importa saber não é a maneira pela qual tal pensador concebe individualmente determinada instituição, mas sim a concepção que dela formula o grupo; somente esta concepção é socialmente eficaz. Ora, ela não pode ser conhecida por simples observação interior, uma vez que não existe toda inteira em nenhum de nós; é preciso, pois, procurar alguns sinais exteriores que a tornem sensível (DURKHEIM, 1977 p. XXIV- prefácio da 2ª ed.).

Outra idéia posta por Durkheim (1989) nas *Formas elementares da vida religiosa* envolve as representações coletivas e individuais quando afirma que são originadas das experiências pessoais e da razão coletiva, chamadas de representações empíricas e representações racionais; ambas têm relação direta com os objetos e com o mundo. A formação de uma representação individual e coletiva acontece diferente, enquanto a primeira acontece a partir da experiência pessoal, a segunda pela cooperação. A primeira é um conhecimento empírico e, portanto, frágil e passageiro enquanto o segundo é racional, portanto mais duradouro. Um surge da “virtude misteriosa”, o outro de uma “fórmula conhecida”. O primeiro é orgânico, limitado, e o segundo é social, pertence à vasta realidade do mundo cultural (DURKHEIM, 1989, p. 45).

Durkheim (1989, p. 68) associa as representações ao sistema de crenças, ideologias, cultura, forma de agir e pensar, instituições, etc. Também acredita que a ação é determinada pela representação, pois “só se pode definir o rito após ter definido a crença”. E a representação coletiva é essa crença que constitui o social influenciando os indivíduos. Portanto, a representação coletiva “apresenta garantias de objetividade, porque não foi sem razão que ela conseguiu se generalizar e se manter com suficiente persistência” (DURKHEIM, 1989, p. 516).

Acredita que a associação de idéias não capta a realidade, como defendem os intelectuais da representação social, pelo menos o Grupo Midi, encabeçado por Abric, isto porque “as imagens não se compõem, como as sensações, nem os conceitos como as imagens. Se a Psicologia estivesse mais avançada, constataria sem dúvida que cada categoria de estados mentais tem leis formais que lhe são próprias” (DURKHEIM, 1977 p. XXVIII- prefácio da 2ª ed.). Percebe-se, também, que ele faz uma crítica à Psicologia Social, e defende que as representações se façam compreender a partir de um método sociológico que procurasse comparar “os temas míticos, das lendas e das tradições populares, dos idiomas, de que modo as representações sociais se atraem e se excluem, fusionam-se umas com as outras, ou se distinguem” (DURKHEIM, 1977 p. XXVIII- prefácio da 2ª ed.).

Ele também defende que se deve estudar as relações entre representação coletiva e representação individual, e que essa empreitada caberia mais à Filosofia do que à Psicologia Social, pois “esse problema compete antes à filosofia geral e à lógica abstrata do que ao estudo científico dos fatos sociais” (DURKHEIM, 1977 p. XXVIII- XXIX- prefácio da 2ª ed.).

Diante dessas proposições, conclui-se que a sociologia de Durkheim é que materializa a idéia de representação posta na Filosofia, e isso vai ser um passo decisivo para que Moscovici defendesse que existe representação social sobre o objeto e que essa representação é de algum modo do real e do fenômeno.

## **A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE SERGE MOSCOVICI**

Como já abordamos aqui, é do pressupostos de representação de Durkheim que Moscovici postula a idéia de representação social enquanto um processo não dicotômico entre o que os indivíduos pensam e a sociedade, ao contrário são processos imbricados e postos dialeticamente. Para Moscovici, também a representação é um fenômeno da relação sujeito-objeto e que isso carrega uma tensão, um conflito entre o individual e o coletivo oriundo da experiência individual e ao mesmo tempo da coletividade. A esse fenômeno este autor chamou de representações partilhadas oriundas dessa relação individualidade-coletividade que tem por finalidade “assegurar que sua coexistência é possível”, sendo que essa representação partilhada, aliás, como toda representação, é sempre em relação a um objeto.

Moscovici define representação como sendo aqueles “fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo *social* em vez de *coletivo*” (grifo do autor - MOSCOVICI, 2003, p. 49).

As representações sociais para este teórico têm algumas características como por exemplo: 1) “toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas”; 2) é uma “organização de imagens e linguagem porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são o use nos tornam comuns”; 3) é “aprendida a título de reflexo, na consciência individual e coletiva, de um objeto, de um feixe de idéias que lhe são exteriores” (MOSCOVICI, 1978, p. 25). 4) é um tipo de conhecimento particularizado que objetiva elaborar “comportamento e a comunicação entre indivíduos”; 5) é uma “substância simbólica” produzida na prática social; 6) é uma ação de reprodução de comportamentos, mas de (re)significação deste.

Pelas representações, é possível captar, segundo Moscovici (1994, p. 12) “o dinamismo da sociedade”, além de revelar tensões intencionadas e conteúdos (social, afetivo e cognitivo), que, segundo Jodelet (1989), esta revelação se dá pelas respostas do indivíduo pertencente a um grupo e que constituiu ou re-significou um objeto. As representações são oriundas de tensões-mediações sociais que tipificam e revelam a identidade do grupo, seus interesses político-

ideológicos, suas emoções, etc. É por isso que representação é “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1998, p. 36 Apud GUARESCHI, 1994, p. 202).

É nesse sentido que Moscovici pensou diferente de Durkheim, quando este propôs a representação coletiva por acreditar na influência da realidade sobre os indivíduos de forma que esta produz e reproduz representações determinantes das ações individuais. Para este sociólogo a representação é a sociedade se pensando “nas suas relações com os objetos que o afetam” (DURKHEIM, 1978, p. 79), enquanto para Moscovici (1994, p. 18-19), é o sujeito se pensando na relação com o objeto construindo “todo o mundo como a si próprio”, pois “vidas individuais não são realidades abstraídas de um mundo social, pelo contrário, elas só tomam forma e se constroem em relação a uma realidade social”.

Portanto, representação é “um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas da vida cotidiana no curso de associação interpessoal” (MOSCOVICI, 1981 p. 181 apud. SÁ, 1996, p. 31). Esse conjunto nada mais é do que “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1989, p. 36 apud. GUARESCHI, 1994, p. 202). Percebe-se nestes conceitos a gênese ontológica das representações, qual seja, a “vida cotidiana” e algo que é “socialmente elaborada”, isso significa que as representações têm uma origem social, têm uma ontologia social que é o fenômeno social, como afirma Moscovici, que é um objeto de estudo que está presente em todo lugar; ruas, instituições, movimentos sociais etc., como afirmam Jouchelovitch e Guareschi (1994, p. 20).

Essa reapropriação e (re)significação do objeto pelo sujeito é que leva a uma certa ruptura entre a representação dos conhecimentos científicos e aqueles representados pelos indivíduos, isso é uma condição necessária que permite “um novo status epistemológico, sob a forma de representações sociais” (MOSCOVICI, 1978, p. 26); portanto, as representações constroem os vínculos sociais orientando os indivíduos no seu agir social e psíquico, mas isso se deve à comunicação, o *arquê* necessário de uma RS, pois a “comunicação [...] diferencia, traduz, interpreta e combina, assim como os grupos inventam, diferenciam ou interpretam os objetos sociais ou as representações de outros grupos [...]” (MOSCOVICI, 1978, p. 28-29).

A comunicação entre os indivíduos e grupos sociais faz com que circulem muitas informações que ocasionam percepções diferentes ou iguais sobre um dado objeto. Essa comunicação é o caminho que possibilita que os indivíduos criem ou modifiquem certas representações. E no ato de pesquisar em representação é preciso estar atento a essa variável independente, pois é ela que dissemina conteúdos e permite que esses indivíduos e grupos adquiram, conservem, modifiquem seus comportamentos sociais, pois

no processo de comunicação, acompanhamos passo a passo a gênese das imagens e dos vocabulários sociais, seu conúbio com as regras e os valores dominantes, antes compunham uma linguagem *definida*, a fala da sociedade. Uma fala bem feita para ser escutada, trocada e fixada na prosa do mundo (grifo do autor - MOSCOVICI, 1978, p. 28-29)

A representação social para que aconteça no percurso da comunicação se baseia em dois processos cognitivos, que são a objetivação e ancoragem. A objetivação seria o processo de corporificar aquilo que está no mundo imaterial, é comparável a imaginação de um artista que precisa dar *corpo* a essa imaginação, como, por exemplo, ocorre com a pintura de uma tela, com a partitura de uma música, com o poema escrito. Objetivar é tornar “real um esquema



conceptual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material, resultado que tem, em primeiro lugar, flexibilidade cognitiva” (MOSCOVICI, 1978, p. 110-111).

Essa materialização se dá pelo corpo de signos disponíveis, por exemplo, a palavra. Na objetivação coexistem dois processos que lhe dão vida: a naturalização e a classificação. Naturalizar é tornar algo subjetivo em quase físico enquanto a classificação é delimitar os elementos de um objeto que deve ser preservado. A ancoragem ou amarração é associar, ou ligar, ou ainda delimitar fenômeno a algo concreto. É quando o “objeto é associado a formas conhecidas” (MOSCOVICI, 1978, p. 174).

Assim, ambos os processos estão no domínio da cognição e que lutam para se fazerem presentes cotidianamente nas atitudes e ações do homem. Enquanto a ancoragem “explica a maneira pela qual, informações novas são interligadas e transformadas” a objetivação “explica a representação como construção seletiva, esquematização estruturante, materialização” (grifo do autora – JODELET, 2001, p. 48).

Diante de exposto, está claro que a Teoria das Representações Sociais de Moscovici retoma aquela idéia de Durkheim, que dizia que a tarefa de compreender como os indivíduos aprendem é da Psicologia Social, mas ele vai longe quando propõe a dialeticidade de ambas as representações para que se torne social.

## CONCLUSÃO

Fizemos uma tentativa de responder, mesmo que em linhas gerais, a questão proposta que serviu de orientação para este estudo; resta ainda fazer uma conclusão necessária que é dizer que em Kant a representação é uma operação da mente e por isso ela é incapaz de captar e compreender a realidade em si, apenas parte dessa realidade, porque essa realidade ou a coisa em si não pode ser pensada, o que significa dizer que a representação é um dado *a posteriori*, ou seja, da experiência. Em Schopenhauer também defende que a representação é um dado mental, interno no indivíduo e que este conhece aparência ou fenômeno, mas que também pode conhecer a coisa em si porque esta é vontade revelada ou que se materializa na ação, na sensibilidade, na estética; logo, a representação seria um conhecimento verdadeiro do objeto que se legitima na relação sujeito-objeto.

Nessa linha de raciocínio e ao mesmo tempo se distanciando dela, Durkheim defende que a representação é a representação do real a partir da experiência social. A coisa em si seria a própria sociedade que se regula pela representação das coisas a partir de uma certa solidariedade. Assim, Durkheim traz para a Sociologia aquelas idéias discutidas na filosofia, mas dá um estatuto praxiológico à representação, quando a materializa pela coesão social e diz qual é a sua função, que é a de regular a ação de uma sociedade. Durkheim separou dados da experiência individual da social, porque reconhecia que a primeira seria uma representação com pouca influência no coletivo, enquanto a segunda com total influência no individual.

Nesse caminho de Durkheim, Moscovici traça sua teoria, ao mesmo tempo em que distancia do sociólogo ao defender uma inter-relação entre o pensamento individual e social que formaria a representação social passando a ser vista “como um fenômeno o que era antes visto como um conceito” (MOSCOVICI, 2003, p. 45).

Enfim, as epistemologias da representação idealizadas por Kant, Schopenhauer, Durkheim e Moscovici de alguma forma legitimam e sustentam na contemporaneidade, as pesquisas empíricas e teóricas sobre o pensamento cotidiano social, não deixando dúvidas sobre a importância de compreender como os sujeitos e grupos pensam determinado objeto e porque e para que pensam, como é o caso da pesquisa em representação social. Porém a legitimidade

passa não só por esses pressupostos; mas, principalmente, pela crítica a esses pressupostos e aos resultados dessa pesquisa de modo que seja sempre retificável, como defende Bachelard, para que supere seus obstáculos epistemológicos.

## REFERÊNCIAS

- CUNHA, José Auri. **Filosofia: iniciação à investigação filosófica**. São Paulo: Atual, 1992.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Trad. Maria Isaura P. Queiroz. 8ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulinas, 1989.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 9ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1992.
- IGLÉSIAS, Maura. Pré-socráticos: físicos e sofistas. In: REZENDE, Antonio. **Curso de filosofia**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ SEAF, 1992.
- JODELET, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Trad. Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 2003.
- OLIVEIRA, Fátima O de. ; WERBA, Graziela C. Representações sociais. In: JACQUES, Maria d Graça C.; STREY, Marlene N. [et. al.]. **Psicologia social contemporânea**, 9ª ed., Petrópolis: 1998.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. In: Os pensadores. Vol I. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. In: Os pensadores. Vol II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- KÖCHE, José C. **Fundamentos de metodologia científica**. 17ª ed., Petrópolis: Vozes, 2000.
- SCHOPENHAUER, A. Crítica da filosofia kantiana. In: **Os pensadores**. 2ª ed., São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- TELES, Antonio Xavier. **Introdução aos estudos de filosofia**. 14ª ed., São Paulo: Ática, 1976.

